

A RECRIAÇÃO DA FIGURA DO MARQUÊS DE POMBAL NUM DRAMA HISTÓRICO OITOCENTISTA

ANA ISABEL VASCONCELOS
(Univ. Aberta)

283

0. Introdução

A figura do Marquês de Pombal foi tema de variadíssimas construções ficcionais, materializadas tanto em produções romanescas, como em produções líricas e mesmo em composições para teatro. É sobre esta última forma que incidirá esta comunicação, na qual se analisará um drama histórico, intitulado *O Marquês de Pombal ou Vinte e Um Anos de sua Administração*, da autoria de César Perini de Lucca, e que se estreou num palco da capital em 24 de Novembro de 1840. Tratando-se de um texto produzido num período em que começavam a surgir nomes hoje associados à “primeira geração de românticos”, geração essa, que, como se sabe, tanta importância deu ao factor histórico, torna-se interessante verificar como foi recriada, por este dramaturgo, não só a figura do Marquês de Pombal como toda uma época em que Portugal viveu sob a governação de D. José.

O drama que me proponho aqui analisar foi editado em 1842, constituindo o 5.º número de «O Dramaturgo Português ou Colecção de Dramas Originais Portugueses», uma publicação dirigida por Silva Leal. Recordemos que se trata de uma época em que, apesar do triunfo dos liberais, volta a pairar sobre o país a ameaça de um poder mais repressivo. A chamada “Revolução de Setembro”, que em 1836 tinha feito triunfar a ala esquerda do liberalismo português, tinha sido ultrapassada e começava a rondar o poder uma ala mais conservadora. Por rebelião organizada a partir do Porto, Costa Cabral provoca o derrube do governo, dando início ao que ficou na História conhecido como o “cabralismo”, período em que voltaram as perseguições políticas e um regime de repressão e medo, que poderiam eventualmente lembrar o período retratado neste texto. Numa época em que se acreditava já no valor pedagógico e interventivo do Teatro, a revisitação, no palco, da figura do Marquês de Pombal bem como dos mais marcantes acontecimentos do reinado josefino não foi certamente inocente nem terá sido provavelmente inócua.

1. Fontes historiográficas

A historiografia da primeira metade de Oitocentos apresenta visões antagónicas relativamente à figura do Marquês. Obras há que apoiam e defendem incondicionalmente a administração pombalina, e outras que atacam implacavelmente a actua-

ção deste ministro de D. José. Na verdade, alguns dos historiadores oitocentistas que se debruçam sobre este período, porque ainda então muito recente relativamente à sua memorização, fazem-no ou como um acto de justiça, para «pôr à luz do dia as infâmias tramadas na obscuridade e vingar a memória de tantas vítimas de um despotismo bárbaro» (*Anedotas*: p. XI), ou como um acto de inteiro louvor das medidas adoptadas por Sebastião José de Carvalho e Melo (cf. *A Administração*), mais tarde agraciado com o título de Marquês de Pombal.

No ano de 1839, foi publicado n.º *O Panorama* (4 e 18 de Maio de 1839) um artigo biográfico sobre o Ministro de D. José, destacando o seu autor precisamente duas obras historiográficas relativas ao período pombalino: *Mémoires*, que atribui a Amador Patrício, e *A Administração do Marquês de Pombal*, de um autor francês. Estas duas obras têm visões radicalmente opostas, não só do Homem mas também do Ministro. O texto *A Administração* refere e refuta constantemente a argumentação e os pontos de vista do autor de *Mémoires*, o qual, assumindo uma posição radical, mais não vê em Pombal que um déspota sanguinário, responsável pelas mortes e perseguições verificadas durante o reinado de D. José.

Até então, a imprensa portuguesa tinha sobretudo revelado os textos de louvor ao Marquês, pelo que o articulista se sente na obrigação de referir que existiam muitas acusações, por parte dos Jesuítas, «porque muitos actos do marquês foram mais fruto de ódios pessoais que de desejo de promover o bem público» (*O Panorama*: 1839, p. 137). E acrescenta: «não cremos que houvesse nunca sentimento amoroso no coração de ferro deste homem terrível» (*idem*: p. 139), embora reconheça a eficácia de muitas das leis por ele concebidas e de muitas das medidas tomadas, sobretudo conducentes à resolução dos problemas devidos à situação catastrófica em que se encontrava a cidade de Lisboa, então devastada pelo terramoto de 1755.

O drama agora em apreciação foi publicado em 1842, depois de proposto a prémio no concurso promovido pelo Conservatório Real de Lisboa, constituindo o 5.º número de «O Dramaturgo Português ou Coleção de Dramas Originais Portugueses», uma publicação dirigida por Silva Leal.

2. O texto dramático

É precisamente no dia 22 de Julho de 1756, quase um ano após o terramoto e num período tido como de grave crise política, que se inicia o texto de Lucca, cuja acção se arrasta até ao dia em que D. Maria, já rainha, defere o pedido de exoneração do Marquês de Pombal – 4 de Março de 1777, com espaços temporais intercalares, bem diversos e irregulares. Aliás, esta peça obedece a uma estrutura invulgar, numa composição de cenas, quadros e actos, organizados em função dos vários momentos que se pretendem retratar.

Temos assim 8 núcleos temporais, que correspondem ao mesmo número de quadros, possuindo cada destes uma localização espacial diferente:

- Quadro I – cais de Lisboa, 21 de Julho de 1756;
- Quadro II – Gabinete Real, dois dias depois;
- Quadro III – bosque, 3 de Setembro de 1758, dia da tentativa de assassinato de D. José;
- Quadro IV – cárcere, 13 de Janeiro de 1759, data da execução dos implicados na intentona;
- Quadro V – residência de Pombal, na noite seguinte;
- Quadro VI – Palácio da Ajuda, 3 de Setembro de 1760, data a que se atribui a assinatura do documento que expulsa os Jesuítas;

- Quadro VII – cemitério, 23 de Fevereiro de 1777, véspera do falecimento de D. José;
- Quadro VIII – Paço, 4 de Março de 1777, exoneração do Marquês de Pombal.

Situa-se o primeiro quadro num antigo cais, onde são ainda visíveis os efeitos do terramoto. É alguma a movimentação de elementos do povo, tais como “barqueiros”, “marinheiros”, “vendilhões” e “corpo da guarda”. Após um curto diálogo entre um pescador (Marcos) e um sapateiro (Martinho), relativo a medidas tomadas pelo Ministro Pombal, a situação rapidamente evolui para um clima de agitação, devido à afixação de um decreto que prevê a condenação às galés ou à pena de morte, de todos aqueles que tenham ocultado, nas suas embarcações, algumas alfaias encontradas nas ruínas da cidade.

Este primeiro quadro revela-nos o clima social e político vivido numa «época fatal, em que os assassinos, os salteadores e a rapacidade dos Estrangeiros roubavam todas as nossas alfaias, saqueavam os templos e as casas» (*A Sentinela do Palco*: 18 Nov. de 1840, p. 7), mostrando também o posicionamento dos diversos grupos sociais relativamente ao poder de Pombal. Devido à repressão exercida, crê-se que, por sua ordem, os protestos do povo, que agora reclama a expulsão do Ministro, são abafados pela força das armas (presença de soldados que se preparam para disparar). É um elemento do clero, o Padre Malagrida, quem intervém, recriminando a actuação dos soldados, a quem chama de «ignóbeis instrumentos do tirano».

«PADRE MALAGRIDA

[...] Quereis entregar novas vítimas ao algoz que há um ano bebe a longos tragos o sangue dos portugueses no cais de Belém?! [...] Apresentemo-nos todos a El-Rei; eu, eu advogarei a vossa causa; defenderei os vossos direitos; cairei aos pés do trono, e obterei a palma do triunfo! Corramos ao Paço, ao Paço!» (p. 25)

O clero quer apoiar-se no povo e no rei para lutar contra o Marquês. O povo, se bem que a medo e pela voz de um agente do Ministro da Marinha, Diogo de Mendonça Corte Real, que, disfarçado, se encontra entre eles, ameaça o Ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, dizendo que «é tempo de lhe mostrarmos que temos força nestes braços para resistir, e juízo para conhecer que dele é que vem a ruína de Portugal» (p. 19).

À nobreza, neste quadro representada pela Marquesa de Távora, marido e filhos, que surgem também disfarçados entre o povo, não é concedido, mesmo depois de reconhecidos, qualquer tratamento de deferência, indiciando a perda de estatuto e de poder desta classe, que, desde sempre, detivera inquestionáveis privilégios.

Este incidente, aqui aproveitado para caracterizar o clima de agitação que as medidas, presumivelmente da responsabilidade de Pombal, provocavam na população, foi interpretado pelo Ministro como uma conspiração¹, sendo, na sua sequência, Diogo de Mendonça Corte Real, então seu colega de governo, acusado de intentar contra os interesses do Estado (cf. p. 43), o que lhe custou o seu afastamento, propiciando, a Pombal, um maior espaço na área de influência junto do rei.

No fim do Quadro II, D. José explica que, relativamente a uns documentos que recebera e que incriminavam Pombal, incumbira Lucas de Seabra da Silva de tudo

¹ Oliveira Martins refere-se a este incidente da seguinte forma: «Houve a sombra de uma conspiração que Pombal castigou, prendendo, por suspeitos, frades e fidalgos, e prometendo 20.000 cruzados ao delator. No fim de Agosto foi degredado Diogo de Mendonça Corte Real, que ainda lhe fazia sombra» (Martins: [pp. 760-1]).

averiguar. Este “virtuoso Conselheiro e Desembargador” provou a falsidade das acusações, que não se esclarece por quem realmente teriam sido apresentadas². Este episódio é aproveitado sobretudo para mostrar que o rei está pronto a defender Sebastião José, agora que se provou inequivocamente ser um vassalo fiel e zeloso na defesa dos interesses pátrios:

«REI

[...] agrada-me a sua administração, e reconheço o zelo que dita seus conselhos, que nascem do amor pátrio, do afecto ao meu trono, e são filhos da virtude e do desinteresse!» (p. 46).

Estas palavras preparam-nos para o facto de o Ministro passar a ter um contacto privilegiado com o monarca, regulando até a sua convivialidade. Pombal passa a ser o homem forte do governo, gozando da inteira confiança de D. José, e é com este perfil que é introduzido no Quadro II, que se desenrola no Gabinete Real que lhe serve de secretaria. Aí se apresenta também o rei, que encontramos a ler, em voz alta, uma frase de um dos periódicos que traz consigo:

«REI

Enterrar os mortos e cuidar dos vivos!³ [...] Estas palavras tão profundas têm enchido as colunas de todos os jornais estrangeiros que muito comentam a seu favor! É um grande Ministro Carvalho!...» (p. 30).

Esta admiração por Pombal leva-o a assinar documentos que nem sequer lê, limitando-se a perguntar ao Marquês qual o seu conteúdo. Se se mostra hesitante, logo o Ministro o convence da necessidade de tais decretos, devido à existência de perigos e ameaças à sua governação e à pessoa do Rei, vindas tanto do clero como dos nobres.

«CARVALHO

[...] A nobreza e o clero amotinaram os vossos estados do Pará e Maranhão; a nobreza e o clero alimentam em Portugal a sedição e o descontentamento; a nobreza e o clero, de mãos dadas com o capricho e a ambição de certo Ministro, auxiliados pela rapacidade dos cortesãos e das favoritas, abusando do confessorário e do púlpito – empregando o valimento de alguma gentil dama, trabalham por ver este país oprimido pelo arbítrio da oligarquia; [...]» (pp. 31-32)

Se o rei se dignar coadjuvá-lo, sobreporão «a civilização à ignorância, a religião à superstição, e a verdade ao erro». Mas é preciso pulso firme, se D. José quiser ficar na História como o “restaurador de Portugal”, tornando-se, portanto, indispensável um apertado controlo da situação. Há, entre outras medidas, que publicar um édito

² Esta conjura que a História regista não é, segundo os historiadores, fácil de esmiuçar. «Parece assente que houve um plano urdido pelo desembargador António da Costa Freire e com a anuência de nobres de valimento». Foi entregue ao monarca «uma exposição do advogado Teixeira de Mendonça com graves acusações ao secretário de Estado. [...] Mas D. José I defendeu o seu ministro, pelo que os implicados foram presos e alguns degredados para Angola» (Serrão: p. 35).

³ Esta frase, que ficou célebre na História como dita pelo Marquês, atribui o articulista d’*O Panorama*: 1839, p. 140), não ao ministro, mas ao «ilustre general Pedro d’ Almeida, marquês de Alorna, a quem el-rei fez a pergunta e que respondeu: *sepultar os mortos, cuidar dos vivos e fechar os portos*, dito que o ministro celebrou muito, mandando, todavia, logo o general para Setúbal (donde não tornou a voltar) provavelmente porque ele não queria junto d’el-rei fidalgos que soubessem dizer coisas destas». Serrão (p. 28) confirma a atribuição desta frase a Pedro de Almeida

«que promete mil cruzados a quem denunciar os que disserem mal do governo, ou receberem em sua casa inimigos da tranquilidade pública»⁴ (p. 32).

A estas e outras propostas de Pombal, D. José reage como um rei fraco, a princípio dividido entre a força férrea de um Ministro, cuja competência e determinação ele próprio enaltece, e um estranhamento relativo à execução de uma política orientada pelo chamado “absolutismo esclarecido”. Mostra-se hesitante e profundamente receoso quando o Marquês lhe apresenta o decreto que irá «destruir a decantada Companhia de Jesus», temendo que o colosso, na sua queda, os possa vir a esmagar (cf. p. 34).

Carvalho, decidido e impetuoso, contrapõe, enfatizando todo o ódio que o clero e a nobreza têm ao rei e ao seu governo. Lembra os desacatos havidos nas colónias, da responsabilidade dos Jesuítas, e a forma como um dos seus mais conhecidos membros, o Padre Malagrida, tem tentado sublevar o povo, anunciando o terramoto e outros flagelos como castigos divinos. Além disso, para evitar toda e qualquer traição, sempre iminente, há que pôr fora de combate mais de dois mil inimigos, ou seja, os membros da Ordem de Jesus. Quanto mais depressa o rei mostrar a sua força e determinação, mais depressa será respeitado e reconhecido, até pelos governos estrangeiros.

Esta Ordem religiosa é, no texto dramático de Lucca, representada pelo Padre Malagrida, personagem em que se projecta uma figura histórica que acabou por morrer às mãos da Inquisição. Uma curta cena no Acto III coloca, frente a frente, Pombal e aquele Jesuíta⁵. Pretende o Ministro que Malagrida confesse o seu envolvimento no “atentado regicídio”, o que é veementemente negado pelo Padre. Aproveita-se, contudo, este diálogo para melhor demonstrar o ponto de vista de Pombal relativamente aos Jesuítas e o ódio e a sede de vingança que esta Ordem lhe retribui. Malagrida não oculta os seus sentimentos relativamente ao Ministro, apelidando Pombal de «monstro opressor», de «coração ímpio», cujas mãos se encontram «tintas em sangue humano» e cujos pensamentos são de vingança, ambição e interesse (p. 112).

Uma das questões levantadas pela própria História reside nas possíveis razões de Pombal que expliquem uma quase obsessão na perseguição aos Jesuítas. Confrontado com a pergunta do Padre Malagrida, Carvalho explica-se da seguinte forma:

«CARVALHO

Porque, primeiro, quisestes assassinar o meu rei; porque sei que tramais contra meus dias no templo, nas celas e nos palácios; porque vos prostituístes, pedindo a todas as nações auxílio contra mim; porque nos cobristes de vergonha, de infâmia; porque interessa ao sossego do mundo que a vossa seita seja aniquilada como foi a dos Templários; porque cessou o prestígio, que alucinava as nações;

⁴ O autor d'*A Administração* (Ivol. I, tomo II), pp. 67-69), obra que, como já referimos, defende cegamente a actuação de Sebastião José de Carvalho e Melo, justifica esta prepotência com a seguinte argumentação: «Nos estados republicanos, os escritos, ou discursos arrojados contra o senado não devem inspirar receio, porque a constituição previne os seus maus efeitos; porém nos estados monárquicos, estes escritos, ou discursos, são mais perigosos, porque destroem a subordinação, que é a alma do governo monárquico.»

⁵ Neste drama, este diálogo surge na sequência das acusações movidas contra o Padre Malagrida. Talvez que o dramaturgo se tenha inspirado na narração de um encontro que efectivamente teve lugar entre ambos e do qual Azevedo (p. 163) nos dá o seguinte testemunho: «Malagrida escrevera de Setúbal ao juiz da Inconfidência, dizendo ter graves comunicações a fazer-lhe. Carvalho, ansioso por mais declarações, mandou ir à sua presença o missionário, que de cabeça erguida, afrontando o inimigo, lhe falou qual profeta dos tempos bíblicos. Interrogado sobre o que tinha a declarar respondeu que por voz íntima soubera achar-se o soberano ameaçado de um grande perigo, que várias pessoas tinham dirigido para que o acautelassem, porém de balde, porque nada se fizera até aí por desarmar a divina cólera. Assim as públicas infelicidades tinham de continuar até serem revogadas as leis sobre os índios do Brasil, e as demais, contrárias aos jesuítas. Disse, e saiu intemerato, deixando talvez confuso, ante a sua tranquila segurança, o árbitro temido de tantos destinos.»

porque é tempo que eu responda ao chamamento de todos os monarcas que querem a vossa destruição; porque caiu a máscara da impostura e deixou ver a vossa torpe, e hedionda figura; porque finalmente Portugal carece de mais algumas gotas de sangue para consolidar o edifício que estou começando.» (p. 115).

Esta fala apresenta razões de Estado mescladas de um ardor sanguinário que marca a figura de Pombal ao longo deste texto⁶. Para além de pretender sanar o que considerava ser um problema social e político, expulsando os Jesuítas, Pombal quer impor-se através de uma justiça cruel que amedronte todos os que não sigam as suas opções. Até com o Rei, o estrategema é o mesmo. Quando o monarca se mostra hesitante em assinar o decreto que expulsa aquela Ordem do país, Pombal tenta amedrontá-lo, argumentando da seguinte forma: «Arrancam-lhe a coroa, Snr.; e não tardará talvez muito que lhe queiram tirar a vida» (p. 118). Há, aliás, uma contínua obsessão, que constantemente o faz evocar sombras perigosas, conluios possíveis e regicídios por todos congeminados. Esta atmosfera vai-se adensando ao longo do texto, respirando-se um clima de terror que, embora atravessasse todas as camadas sociais, atinge especialmente o clero. Frei António, padre carmelita, refere-se a esses tempos de terror, em que a vontade de um homem só dirige uma nação inteira.

«FR. ANTÓNIO

[...] Não bastarão para saciar o Ministro os rios de sangue esparzido; os gemidos e as lágrimas de milhares de mães, filhas e esposas a quem pela mais leve suspeita barbaramente se arrancam os filhos, os maridos e os pais?! Não bastam esses cárceres atolhados de Ministros do altar; as Igrejas despojadas e os nossos bens sequestrados?» (p. 72)

Dedica-se todo o Quadro III à preparação da conspiração contra D. José, que se concretizará, como reza a História, no dia 3 de Setembro de 1758. É a um bosque contíguo ao jardim do Duque de Aveiro, que chegam, em primeiro lugar, dois dos conspiradores: a Marquesa de Távora, D. Leonor, e o Duque de Aveiro, seu antigo inimigo e de quem agora se tornara aliada, «em consequência de outro ódio ainda mais vivo, que tornara comum os seus interesses» (Denis: [vol. III], p. 329). O Duque vingava-se também de um insulto que recebera de Pedro Teixeira⁷, fidalgo confidente do monarca, sendo, contudo, seu objectivo específico, com este golpe, atingir o poder real; D. Leonor, outrora vice-rainha das Índias, luta pela «reintegração das honras e dos bens a que esbulharam [seu] marido»⁸ (p. 51). No diálogo entre estas duas per-

⁶ Devido à forma despótica como é caracterizado, particularmente nesta fala, o Marquês de Pombal, escreveu o censor, nomeado pelo Conservatório, a propósito do texto dramático de Lucca: «Não podemos ocultar que houve quem achasse pouco satisfeitas algumas conveniências sociais; o autor introduziu às vezes cores suas tão vivas e carregadas, em caracteres tão nossos conhecidos pelos contos de nossos pais e avós, contemporâneos a essa época recente – que a maior parte dos espectadores acharam-se pelo drama desagradavelmente surpreendidos. [...] [O Marquês de Pombal] aparece sempre sedento de sangue, profundamente vingativo e nunca revelando o grande homem que foi; a severidade que ostenta parece quase sempre um fim, raras vezes um meio» (*Memórias do Conserv. Real de Lisboa*: p. 88).

⁷ N' *A Administração* (vol. I, tomo II), pp. 111-112), o autor transcreve um excerto das *Mémoires*, segundo o qual Pedro Teixeira, não cumprindo a ordem do Duque de Aveiro, lhe teria dado uma resposta injuriosa: «honro-me com o emprego que me dá o rei meu amo, e procuro satisfazer o melhor que posso as minhas obrigações junto da duquesa, e da filha de Vossa Excelência».

⁸ Serrão refere-se a este aspecto: «O marquês D. Francisco de Assis cobrira-se de glória na vice-realeza da Índia (1750-1754) e no seu regresso ficara humilhado por não receber o título de duque, atribuindo ao secretário de Estado o olvido a que fora votado» (Serrão: [vol. VI], p. 40). O autor d' *A Administração*, tentando escamotear algumas das razões que estiveram na base da tentativa de regicídio, reduz a razão da conspiração ao seguinte: «O Senhor Dom José I havia negado certa graça a uma das principais famílias do reino, o que exasperou o seu chefe até ao ponto de conspirar contra a pessoa do monarca: esta é a causa da conjuração de Portugal» (vol. I, tomo II), p. 78).

sonagens, o Duque revela-se um homem infiel, sem honra nem probidade, cuja alma vil era capaz de premeditar os maiores crimes (cf. p. 52).

A Marquesa de Távora, determinada nos seus intentos, denota um ascendente relativamente aos outros conspiradores, que, de seguida, se apresentam em cena: Manuel Álvares Ferreira e António Álvares Ferreira, familiares do Duque; o Conde de Atouguia, genro da Marquesa; Luís Bernardo de Távora, filho da Marquesa; o próprio Marquês de Távora; o Capitão Brás José Romeiro; José Policarpo, criado do Duque; e outras três pessoas que trazem, debaixo dos capotes, armas e munições⁹.

Todos os diálogos giram em torno de acontecimentos recentes, de medidas tomadas ou de práticas políticas e legislativas contundentes: o Marquês de Távora refere a publicação do Breve de Beneditino XIV, que retira aos Jesuítas o direito de pregar e confessar em todo o reino de Portugal; Manuel Álvares Ferreira refere as inúmeras prisões, a expulsão dos três confessores da Família Real, a confiscação dos bens de algumas confrarias; seu irmão, António Álvares Ferreira, anuncia, como quase certa, a extinção da Companhia de Jesus (cf. pp. 54-55).

A intentona é combinada de forma a que o leitor/espectador não tenha oportunidade de a escutar (cf. p. 56), sendo a nossa atenção desviada para Martinho, noivo de uma criada do duque, que para aquele mesmo local combinara um encontro amoroso. Quando se apercebe do que ali se passa, consegue escapar, não acontecendo o mesmo com Teresa, a dita criada, que é apanhada, fazendo prever uma possível denúncia (cf. p. 62).

De facto, segundo Lúcio de Azevedo (p. 149), a «primeira denúncia, que foi a base do processo, veio do rústico galã de uma criada do duque, a 15 de Dezembro, quando já se achavam em detenção os fidalgos». Lucca aproveitou este aspecto da História para, na ficção, nos colocar ao lado de Martinho e com ele testemunharmos a preparação do atentado¹⁰. No início do Quadro III, ao levantar do pano, «vê-se Martinho em cima do muro, pondo uma escada de corda», numa acção clara de invasão do espaço alheio. É esta personagem quem nos explica a situação, através de um monólogo, que logo interrompe porque «vem gente», partilhando a acção com o leitor/espectador: «retiremo-nos». Na verdade fica escondido, assistindo a parte do que se vai passar.

Reunidos então os membros da conjura e ajustados os pormenores, não há tempo a perder. «O arco do Carvalhão é solitário; dentro de um quarto de hora, El-Rei acompanhado por Teixeira há-de por ali passar na sua carruagem». Depois de desferido o golpe, «os conjurados ao Paço, e morte a Carvalho!» Pela liberdade e por vingança (cf. pp. 63-64). Era tal a confiança que D. José depositava no seu Ministro, que a nobreza se convenceu de que só abatendo o rei, poderia aquela ver-se livre do despotismo de Pombal.

⁹ Denis (Ivol. III, p. 329) descreve o conjunto dos conjurados da seguinte forma: «Não se conta homem de algum mérito, que figurasse naquele sucesso desgraçado, que não estivesse ligado à marquesa por laços sagrados, ou de sangue. Eram o marquês de Távora sênior, outrora vice-rei da Índia; o marquês de Távora júnior, ofendido na sua honra; o irmão deste, José Maria de Távora, vítima infeliz de um pacto de família; e, finalmente, o genro da marquesa, D. Jerónimo de Ataíde, conde de Atouguia, conspirador de nenhum valor, e que apenas servia para fazer número, como diz, com alguma razão, um escritor moderno. Há também um nome que figura necessariamente aqui – é o nome de Brás José Romeiro; não pertence ele à família dos Távoras, mas este oficial acompanhou o marquês à Índia, e, como todos os mais, estava com este fascinado.»

¹⁰ Reiterando a importância de Martinho no processo de condenação dos conspiradores, Lucca mostra-nos o Marquês a assinar, a seu favor, um «passaporte para transitar por todo o reino», uma vez que «ainda que constrangido, serviu-me», afirma Pombal (cf. p. 88).

O Quadro V recorre a uma estratégia discursiva muito utilizada nos textos dramáticos. Trata-se de uma analepse, da responsabilidade de uma das personagens, para colocar fora de cena algo que aí não é exequível mas que é importante dar a conhecer ao leitor/espectador. É João Inácio Dantas, Corregedor do crime da Corte, quem narra o sucedido no dia anterior, mais precisamente, a execução dos conjurados, cuja intentona, como sabemos, não obtivera os resultados desejados.

Dantas mostra-se perturbado e o próprio Pombal vacila perante aspectos que descrevem o sofrimento dos condenados. Toda a conversa denota uma preocupação especial, por parte de Pombal, relativa à forma como o povo foi reagindo às sucessivas execuções. O Ministro sabe que «de um grito lançado entre o povo pode depender a [sua] sorte e a de Portugal!» (p. 90), denotando perfeita consciência de um certo clima, que lhe é hostil, e do poder efectivo da multidão.

E o povo foi assistindo, ora mais calmo, ora mais agitado, às sucessivas mortes anunciadas. Eram seis e três quartos da manhã do dia 13 de Janeiro de 1759, «quando subia o último degrau do patíbulo a Marquesa de Távora acompanhada por dois religiosos, que lhe ministravam os socorros espirituais». O algoz «fê-la sentar, atou-a pela cintura e pelos pés... vendou-lhe os amortecidos olhos, e com dois golpes de cutelo», foi decapitada. José Maria de Távora, seu filho, já semi-morto, «pedia perdão ao povo com voz balbuciante, dando profundos gemidos»¹¹. Reservou-se-lhe a morte de garrote. Seu irmão, Luís Bernardo, foi o terceiro; mas este «incitava com denodo o povo a vingar a sua morte»¹². Ao Conde de Atouguia, «que, subindo a escada, bradava furioso e blasfemava», pôs-se-lhe a mordaza «e a voz se lhe extinguiu na garganta»¹³. Manuel Álvares Ferreira «expiou como o precedente, com a diferença que lhe quebraram as costelas com um malho de ferro». O mesmo aconteceu a Brás José Romeiro¹⁴, capitão da confiança do Duque de Aveiro. Tudo isto durou até ao meio-dia, «quando o algoz pôs o sétimo cadáver sobre a roda». Tratava-se de João Miguel, criado do Duque, «que expirou no meio de tormentos».

O rufar de tambores anunciava a chegada do Marquês de Távora, Francisco de Assis. Como se receava que as tropas o tentassem libertar, «o verdugo, apenas o viu, segurou-o e lhe bateu rijamente com a massa de ferro no peito, na cara e na cabeça, dando-lhe horrível e vergonhosa morte». Por fim, António Álvares Ferreira, que, ao encarar o patíbulo, ficou em tal estado que «já parecia um cadáver, contrastando singularmente com a estátua que se dizia animada de José Policarpo de Azevedo. As chamas os consumiram ambos» (cf. pp. 91-95)¹⁵.

¹¹ José Maria de Távora, o filho mais novo da Marquesa, «era o único dos conjurados dotado de honra e sentimentos. Este jovem fidalgo possuía uma alma nobre, o crime era incompatível com o seu carácter honrado e justo» (*A Administração*, [vol. I tomo II], p. 84).

¹² Luís Bernardo de Távora, filho primogénito do marquês de Távora, era altivo, orgulhoso, cheio de presunção» (*idem*: p. 84), o que explica uma tal reacção perante o cadafalso.

¹³ Dom Jerónimo de Ataíde, conde de Atouguia, genro do marquês de Távora, era destituído de talento e incapaz de empreender cousa que requeresse a menor consideração. [...] Como não era susceptível de paixões violentas, o ódio e a vingança não tinham entrada em sua alma dominada inteiramente pela devassidão. Ingeriu-se na conjuração sem a conhecer, reputando-a como negócio de família, em que o dever de parentesco o induzia a tomar parte» (*idem*: p. 85).

¹⁴ O sexto conjurado, Brás José Romeiro, cabo de esquadra de cavalaria, era um soldado de fortuna, anexo à casa do marquês de Távora, a quem se havia inteiramente dedicado» (*idem, ibidem*).

¹⁵ No primeiro centenário da morte de Pombal, foi publicado um opúsculo, de autoria desconhecida, intitulado *O Assassinio dos Távoras*, que tem como assunto a cena que a personagem Dantas aqui narra. As linhas gerais e muitos dos pormenores de ambos os textos são coincidentes, o que demonstra a atenção dada aos detalhes, pelo autor deste texto dramático, quando pretendeu reconstituir ficcionalmente um acontecimento que mereceu destaque nas páginas da nossa História.

Esta narração, com aspectos pontualmente descritivos, que Dantas, como testemunha ocular do sucedido, fez ao Ministro de D. José, foi aproveitada para expor, tal como o autor escrevera no prólogo, a faceta humana e alguma da interioridade que se escondia no homem político. À medida que vai ouvindo as palavras do Corregedor, Pombal vai experimentando diversos estados de espírito: comoção, furor, cólera, terror. Depois daquela personagem ter saído, já só, experimenta, por momentos, o horror do remorso, sentindo-se rodeado de espectros que o fitam, amaldiçoam e ameaçam (cf. pp. 96-97). Já recomposto e agora na presença de D. Rodrigo, encerra este Quadro com um monólogo que justifica a dualidade do seu comportamento bem como a necessidade de uma tal política:

«CARVALHO

[...] Choremos embora como homem, mas governemos como Ministro! [...] Muitos me julgam cruel; mas não o sou, – sou justiceiro! Achei Portugal às bordas do abismo; os nobres, déspotas; – os ricos, superiores à lei; – os pobres, desmoralizados, – as leis, vãos fantasmas; – o fanatismo, apossado do templo; – a fraude, na praça! – Eu regenerarei Portugal, e das cinzas de seu frio cadáver renasceu, como a fénix da fábula.» (p. 99).

291

A cena termina com o Ministro a assinar uma ordem de prisão a dez religiosos, entre os quais está o Padre Malagrida. Chegara o momento em que a «nobreza estava domada, arrasada e vingado o sacrilégio do ataque ao rei, erigido em deus pelo absolutismo. Restava agora um outro baluarte da velha Sodoma: faltava extirpar pela raiz a manzanilha do jesuitismo» (Martins: [p. 764]).

É no Quadro VI que, pela segunda vez, vamos encontrar, durante apenas uma cena, D. José sem estar acompanhado pelo seu Ministro. Encontramo-lo com sua filha, D. Maria, no Palácio da Ajuda, que vem rogar-lhe que conceda o perdão ao Padre Malagrida e aos varões da Companhia, que considera inocentes. Abertamente critica o Ministro «que tanto sangue tem derramado e que, com as suas reformas, nos tem feito passar tão desassossegadas e terríveis noites» (p. 103).

Embora cheio de ternura para com a sua filha, D. José recusa-lhe um pedido que está fora das suas possibilidades conceder. Confidencia-lhe ser infeliz, pesando-lhe os negócios de Estado, pensando «no fogo do inferno político», e vergando sob o «peso enorme da coroa». Logo são interrompidos por Carvalho, perante quem D. Maria abertamente defende o Padre Malagrida, vítima de «libelos infamatórios contra ele publicados», e rodeado de um «povo mudo de terror, a quem nem livre se lhe deixa a voz da dor e o lamento da aflição». Para evitar tal espectáculo, D. Maria, indiciando já o carácter religioso que a vai marcar durante o seu reinado, pede ao monarca que a deixe ingressar, se bem que temporariamente, num convento, para «ali, ajoelhada ante Deus crucificado, [suplicar] ao céu pela felicidade de [S.] Majestade, pela de todos os portugueses» (p. 108).

Já a sós com Carvalho, uma vez mais se mostra quem detém de facto o poder de decisão. Aterrorizado, o rei pede a Carvalho que poupe o sangue de Malagrida, ao que o Ministro, expondo uma temerária impiedade, responde:

«CARVALHO

Se anuir ao que dele exige e se declarar quem são os seus cúmplices... mas se o Tribunal o condenar, só V. Majestade pode perdoar-lhe.

REI

Eu?

CARVALHO

Sim, V. Majestade que... assinou a sentença dos outros conjurados!...

REI

Então seria uma injustiça perdoar a este...

CARVALHO

Se assim é, deixe obrar os Tribunais, e reassuma Vossa Majestade a sua firmeza; mostre ânimo forte, igual às circunstâncias. [...] O povo, que modela sempre as acções pelas dos reis, tornar-se-á grande com o exemplo de Vossa Majestade; [...]» (pp. 109-110).

Enquadrando o clima de luto com que termina o Quadro VII, desenrola-se agora a acção num cemitério, espaço cenograficamente representado por «uma simples cruz de pedra no meio, levantada sobre um pedestal com dois degraus». Dever-se-á também ver o campanário de uma Igreja e parte do seu adro (cf. p. 123).

Mais uma vez é utilizado, como suporte da analepse, o diálogo entre os dois coveiros presentes em cena, aproveitado para relembrar vários factos ocorridos nos anos que medeiam os dois Quadros. Referem, inicialmente, o mês de Outubro de 1775, em que João Baptista Pele foi esquartejado por querer matar o Marquês de Pombal. Ao que tudo indica, no dia da inauguração da estátua equestre, que ainda hoje se encontra no centro da Praça do Comércio, aquele pintor genovês tentou acabar com a vida do Ministro de D. José, concebendo para tal «uma máquina infernal»¹⁶. Recordam também o dia 21 de Setembro de 1761, data em que foi queimado vivo o Padre Malagrida juntamente com outros cinquenta e dois condenados. Aventa-se contudo a hipótese de os papéis que circulavam assinados por Malagrida serem antes da responsabilidade de Pombal, «que dizem que gastou nisso perto de setenta mil cruzados» (p. 127), arranjando assim um estratagema para condenar aquele que tanto odiava.

É na Cena II deste Quadro que aparece uma outra personagem, que se apresenta «sem chapéu, em mangas de camisa, com o fato roto em vários sítios». Trata-se de Policarpo, um dos implicados na tentativa de assassinato do rei e que conseguiu escapar para o estrangeiro, tendo sido, no entanto, simbolicamente castigado, fazendo-se arder uma estátua com a sua figura. Está só e louco devido às torturas infligidas aos antigos amos. Vive foragido e dorme «na terra dura, escondido nos bosques e nas cavernas para poder escapar às mãos de quem [o] mandou queimar em estátua» (p. 130). Termina, no entanto, com uma longa fala que podemos considerar o contraponto da fala do Marquês que, num longo monólogo, justificara a sua acção (cf. pp. 98-99):

«POLICARPO

[...] Naquele mausoléu à esquerda jaz o Ministério da Fazenda: ele é que o levantou, mas ele mesmo o foi ferindo por todas as partes, cobrindo-o de

¹⁶ Apesar de alguns historiadores referirem esta tentativa de assassinato do Marquês, Serrão (Ivol. VI), p. 77) coloca algumas reservas, interrogando-se: «Durante a cerimónia teria havido um esboço de atentado? Pelo menos, este foi atribuído a João Baptista Pele [...], que constou haver preparado um engenho para assassinar Pombal». Denis dá voz aos que interpretam este acontecimento como vingança particular (cf. [vol. III], p. 335).

farrapos e preparando-lhe futura podridão [...]. Aquele é o da Marinha! [...] os nossos navios, que transportaram para fora do reino dois mil Jesuítas e quinhentos degredados, não poderão mais empreender novas viagens... [...] Olha o mausoléu da Junta do Comércio!... Ele também a fundou e a indústria portuguesa com ela muito se adiantou; mas as negras políticas em que ele ou o diabo foi meter-nos [...]. Chamaste-lhe tu aí salvador de Portugal?... Olha lá mais abaixo a Junqueira, a Torre de Belém, a Torre de S. Julião... lugares medonhos e horrorosos!... Neles dorme o sono da morte a metade da população do reino! [...]" (p. 134).

Eis que se ouve tocar a finados. Morreu D. José. Esta morte é imediatamente perspectivada como o momento em que, finalmente, se abre a possibilidade de vingança da actuação do Marquês. É o próprio Policarpo que exulta: «Agora, eu e tu, Marquês de Pombal!» (p. 136)

No último quadro, cuja acção dista apenas 15 dias em relação à anterior, surge já D. Maria I como rainha, a despacho com Aires de Sá e Melo, Secretário de Estado, Ministro dos Estrangeiros. Fazem-se constantes alusões às preocupações havidas por parte da soberana em reparar as injustiças anteriormente cometidas: libertação do perseguido José de Seabra, chamamento ao reino de D. João de Bragança, e libertação de muitos outros que se achavam presos ou desterrados (cf. p. 141).

Finalmente passa-se à leitura do pedido de demissão apresentado por Pombal e a Rainha manda chamar o requerente. Uma vez mais se confrontam posições e pontos de vista relativos às opções políticas de cada uma das partes, já tão repetidos durante todo o texto. O que é rigor para o Marquês, é tido como crueldade por Aires de Sá; o que é severidade para um, é “despotismo inaudito” para o outro; o que foi a aplicação da justiça e a defesa intransigente do Rei e do Estado para um, foi, para outro, o extermínio de muitos inocentes e uma forma de mascarar graves delitos. Tudo indica que a Rainha vá aplicar sanções a Pombal, tanto mais que sabemos nunca ter estado de acordo com a sua política. Ele próprio vacila ao receber das mãos da Rainha o documento que o exonera. No entanto, D. Maria faz jus ao cognome com que ficou conhecida na História: piedosa, significando religiosa, mas também aqui como “aquela que sabe perdoar”, assegurando, ao antigo Ministro de seu pai, o impiedoso por excelência, a continuação de todas as honras e privilégios que D. José houve por bem conceder-lhe. Perante a admiração de Pombal, o texto termina com a seguinte moral: é possível ser mais humana e não menos justa (cf. p. 143).

Esta decisão de manter todas as honras e os privilégios anteriormente concedidos ao Marquês é histórica¹⁷. No entanto, o dramaturgo não respeitou em absoluto o testemunho histórico de que tinha com toda a certeza conhecimento (prova-se pela semelhança entre o seu discurso e o texto do decreto), e aproveitou este final de drama para fazer incluir, no dito documento, frases que referem alguns dos aspectos tidos por positivos na sua governação: «Reedificou Lisboa», «Animou a agricultura», «Promoveu o comércio», «Regulou o erário público», «Foi português», «E mereceu a benção dos seus concidadãos» (p. 147).

Lúcio de Azevedo deixa claro, se dúvidas tivéssemos, que este conjunto de frases são, evidentemente, da responsabilidade do dramaturgo, que assim quis sublinhar a bondade da Rainha e não deixar passar em branco algumas das medidas então tomadas, consideradas por alguns como justificativas do sacrifício e do clima de subjugação vivido no reinado de D. José.

¹⁷ Cf. «Decreto aceitando ao Marquês de Pombal a demissão dos seus empregos, conservando-lhe o ordenado de secretário de Estado e dando-lhe a comenda», publicado a 4 de Março de 1777, in *A Administração*, [vol. II – tomo IV], pp. 184-5.

«Houvera o pensamento de despedir o velho ministro sem formalidades, como um servo incapaz ou infiel, mas prevaleceu o parecer, mais decoroso, de se lhe aceitar a demissão como pedida. O decreto é de 4 de Março. Conserva-lhes os honorários de secretário de Estado, e faz-lhe mercê de uma comenda com seus rendimentos. Mas nem uma palavra de apreço ou reconhecimento de tantos serviços! a minuta que Pombal oferecera, e que certamente havia de os rememorar enfaticamente, fora rejeitada. A estima do soberano falecido, pelo ministro, era a só recomendação alegada.» (Azevedo: pp. 278-9)

Lucca também ignora que, a acompanhar o decreto acima referido, fora enviada ao Marquês uma comunicação escrita revelando que iria ser aberta uma sindicância à sua administração, devido sobretudo a «descaminhos da real fazenda». Ao contrário da incomensurável piedade com que, no drama, se caracteriza D. Maria I, diz-nos Azevedo (*idem, ibidem*) que «a benevolência régia chegaria onde a equidade o permitisse», o que fica, sem dúvida, expresso pelo veredicto com que termina o documento: «Com a mesma constante e perpétua vontade com SM quer que se administre a justiça a seus vassallos, segundo o merecimento de cada um, se fará a V. Excia o que lhe for devido». Assim, o desfecho tranquilo que se dá ao drama está longe do final real que sabemos ter tido Pombal. O dramaturgo quis apagar a sede de vingança que muitos retribuíram ao Marquês, deixando acreditar que o seu perpétuo remorso se deve à lição de moral que D. Maria magistralmente lhe tinha dado, em sintonia com o cumprimento dos preceitos dramáticos da época.

Uma vez que prioritariamente centrado na caracterização da figura de Sebastião José de Carvalho e Melo, enquanto Ministro de D. José, este texto dramático acentua a importância do indivíduo no devir histórico. Embora tenhamos as mais diversas classes sociais representadas em personagens actuautes, não lhes é, deliberadamente, conferida uma mesma dinâmica. Neste sentido, a responsabilidade da evolução histórica centra-se no Ministro, apoiado no poder monárquico absoluto. Pombal é caracterizado como déspota, cruel e impiedoso, acreditando que só assim é possível alterar a herança recebida da anterior governação e executar todas as medidas necessárias a uma efectiva mudança da situação. Segundo Serrão (p. 14) não é de admirar que «a nobreza com interesses ultramarinos e a Companhia de Jesus estivessem na mira de um governo que pretendia atacar de frente os grupos sociais que mais ameaçavam o poder absoluto». O desenrolar do drama pretende mostrar que a estratégia política de Pombal é injustificável e evidência que o absolutismo, mesmo que esclarecido, pouco traz de positivo para os povos.

Recordemos que este texto foi escrito numa época em que, apesar do triunfo dos liberais, o país voltava a viver uma política de repressão. A chamada “Revolução de Setembro”, que em 1836 tinha levado ao poder a ala esquerda do liberalismo português, tinha sido ultrapassada e começava a rondar o poder uma ala mais conservadora. Por rebelião organizada a partir do Porto, Costa Cabral provoca o derrube do governo, dando início ao que ficou na História conhecido como o “cabralismo”, período em que se voltou às perseguições políticas e a um regime de repressão e medo que em muito fazia lembrar o período retratado por César Perini de Lucca neste texto. Numa época em que se acreditava já no valor pedagógico e interventivo do Teatro, a revisitação, no palco, da figura do Marquês de Pombal bem como dos mais marcantes acontecimentos do reinado josefino não foi certamente inocente nem terá sido provavelmente inócua.

Bibliografia

1841-43, *Administração (A) de Sebastião José de Carvalho e Melo, Conde de Oeiras, Marquês de Pombal*, Lisboa, Tip. Lusitana (2 vol.). Traduzida do francês por Luís Inocêncio de Pontes Ataíde de Azevedo.

1852, *Anedotas do Ministério do Marquês de Pombal e Conde de Oeiras*, Porto, Tipografia de F. P. de Azevedo. Traduzidas da nova edição francesa, revista e verificada pelas ordens emanadas do trono, por outras peças justificativas e pelo testemunho de autores imparciais.

AZEVEDO, J. Lúcio de

1990² (1.^a ed., 1922), *O Marquês de Pombal e a sua Época*, Lisboa, Clássica Editora.

DENIS, Ferdinand P

1846-47, *Portugal Pitoresco ou Descrição Histórica deste Reino*, Lisboa, Tip. de L. C. da Cunha (4 vol.).

LUCCA, César Perini

1842, *O Marquês de Pombal ou Vinte e Um Anos de sua Administração*, Lisboa, Tipografia da Viúva Coelho Comp. Drama histórico.

MARTINS, Oliveira

1988, *História de Portugal*, Lisboa, IN/CM. Edição crítica com introdução por Isabel de Faria e Albuquerque. Prefácio por Martim de Albuquerque.

1784, *Mémoires de Sébastien-Joseph de Carvalho et Melo, Compte d'Oeyras, Marquis de Pombal*, Lisbonne et Bruxelles, Chez B. le Francq (2 vol.).

1843, *Memórias do Conservatório Real de Lisboa*, Lisboa, Imprensa Nacional.

1837-44, *Panorama (O). Jornal literário e instrutivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis*, Lisboa.

1840-41, *Sentinela (A) do Palco, semanário teatral*, Lisboa.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo

1977-97, *História de Portugal*, Lisboa, Ed. Verbo (vol. VI).